

Em Foco: A infância na história

Apresentação

Não é a noção de do tema infância para os estudantes internacionais em história da educação que justifica a composição desta seção “Em Foco”. Inves tigação, nem tão atuais, têm demonstrado que muito antes de o, por duas décadas com o nome de pi o ne i ro, trabalho de Philippe Ariès, *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime* (cuja versão abreviada, com o título *História social da criança e da família*, foi publicada no Brasil em 1973), ter sido lançado, na França, em 1960, vários trabalhos sobre a criança, na perspectiva histórica, haviam sido elaborados. Apenas para indicar uma referência, Jacques Donzelot, em seu livro *Apolícia das famílias*, remete ao título *Histoire des enfants trouvés*, editado em 1837.

Não é, também, como uma emergência recente do tema no campo nacional da história da educação que repousa o interesse desta seção. Maria Rosilene Alvim e Lícia Valadares, já em 1988, descrevem a publicação, em 1926 (data que Moisés Kuhlmann Jr. faz retroceder a 1922), da obra *História da proteção à infância no Brasil (1500-1922)*, de autoria do médico Arthur Moncorvo Filho.

Se não é inédito, o desejo de compreender a história das múltiplas formas de entender, dirigir, controlar, proteger, amparar e representar a infância continua atual nas análises historiográficas, manifestando um especial vigor pelo expressivo número de publicações, nacionais e estrangeiras, que vieram a lume na última década. Livros como *História social da infância no Brasil*, organizado por Marcos Cezar de Freitas, em 1997, e *História das crianças no Brasil*, organizado por Mary del Priore, em 1999, para citar somente dois exemplos nacionais, oferecem testemunho do esforço que vem sendo empreendido no sentido de coligar os vários estudos sobre a temática realizados tanto no âmbito da História, quanto no da História da Educação.

Mas o interesse pela infância não se circunscreve ao período do ciclo dos direitos da criança e da história da educação. A expressão educação infantil, adotada pela Constituição de 1988 e pela LDB 9394 de 1996; a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990; o noticiário cotidiano das fugas e as denúncias recorrentes de maus tratos na FEBEM, dentre muitos outros acontecimentos, revelam, de forma contundente, a preocupação da sociedade com o cuidado, a formação e a pressão à criança.

Por estas razões, pensar a criança na dimensão histórica permanece um instigante convite a refletir sobre as maneiras, antigas e novas (ou renovadas no presente) de lidar com a infância.

Diana Gonçalves Vidal
Organizadora